

## O uso do método comparativo nas ciências sociais

*Sérgio Schneider<sup>1</sup> e Cláudia Job Schmitt<sup>2</sup>*

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às ciências sociais, reproduzindo, em nível de laboratório, os fenômenos estudados, faz com que a comparação se torne um requisito fundamental em termos de objetividade científica. É ela que nos permite romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social. Nesse sentido, a comparação aparece como sendo inerente a qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, esteja ela direcionada para a compreensão de um evento singular ou voltada para o estudo de uma série de casos previamente escolhidos.

Nesse artigo tomaremos como ponto de partida a idéia de que o método comparativo não se confunde com uma técnica de levantamento de dados empíricos. O uso da comparação, enquanto perspectiva de análise do social, possui uma série de implicações situadas no plano epistemológico, remetendo a um debate acerca dos próprios fundamentos da construção do conhecimento em ciências sociais.

---

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS.

2 . Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

Inicialmente, procuraremos refletir acerca das relações existentes entre a comparação e a explicação sociológica em algumas das abordagens clássicas da sociologia (Comte, Durkheim e Weber). Propomos, a seguir, um breve roteiro de questões relativas à operacionalização do método comparativo. Por fim, discutiremos um exemplo concreto de aplicação do método comparativo, tomando como referência a obra de Barrington Moore Jr., “*As origens sociais da ditadura e da democracia*”.

## **I- O MÉTODO COMPARATIVO NA PERSPECTIVA DOS CLÁSSICOS: COMTE, DURKHEIM E WEBER**

A discussão acerca do método comparativo e de seu papel na construção do conhecimento está presente na sociologia desde os estudos clássicos do século XIX. Marx, ao longo de sua obra, trabalhou sistematicamente com o confronto entre diferentes casos históricos singulares. Seu estudo acerca das “formações econômicas pré-capitalistas” constitui-se em um bom exemplo nesse sentido. Comte, Durkheim e Weber, por sua vez, ainda que de modo diferenciado, utilizaram-se da comparação como instrumento de explicação e generalização. Para esses autores, a análise comparativa encontra-se estreitamente relacionada à própria constituição da sociologia enquanto campo específico do conhecimento, permitindo que esta se distancie das outras ciências sociais, demarcando seu terreno próprio de atuação.

Serão analisadas nesse artigo as contribuições de Comte, Durkheim e Weber, pois é na obra desses autores que é possível encontrar um tratamento mais aprofundado das questões epistemológicas e metodológicas associadas ao uso da comparação na construção do conhecimento em ciências sociais.

### **1. A SOCIOLOGIA DE COMTE E O USO DO MÉTODO COMPARATIVO**

## 1.1 Os fundamentos da Física Social

Atribui-se a Comte, com justiça, a origem da Sociologia ou Física Social, como ele mesmo preferiu chamar a ciência incumbida de estudar os fenômenos sociais. As considerações que se seguem buscam recuperar suas formulações acerca da Física Social, seu campo de estudos e metodologia de investigação, dando especial atenção às proposições do autor acerca do uso da comparação na análise sociológica.

Vivendo na época de efervescência política e social que marcou os primórdios da industrialização europeia, Comte (1798-1857) impôs-se a tarefa de fundar uma ciência social positiva, que desfrutaria de prestígio e rigor semelhantes às demais ciências experimentais<sup>3</sup>. Na sua opinião, somente com a Física Social completar-se-ia o edifício por ele denominado de "sistema das ciências da observação", integrado pela astronomia, pela física, pela química e pela fisiologia (ou Biologia)<sup>4</sup>.

Segundo Comte, a Física Social estaria incumbida "do estudo positivo do conjunto das leis fundamentais apropriadas aos fenômenos sociais", cabendo-lhe por isso o nome de Sociologia. Para Comte, a Física Social não deveria ser crítica nem retrógrada, mas orgânica. Só assim seria capaz de impulsionar a humanidade ao progresso e responder aos desafios de sua época, em uma sociedade que *"se encontrava, sob o aspecto moral, em uma verdadeira e profunda anarquia... e, não havendo outra solução admissível a não ser a formação da Filosofia Positiva"* <sup>5</sup>.

---

3. Durante muitos anos Comte foi um dos principais discípulos de Saint Simon.

4. Comte define a Física Social como sendo "...a ciência que tem por objetivo próprio o estudo dos fenômenos sociais, considerados com o mesmo espírito que os fenômenos astronômicos, físicos, químicos e fisiológicos, isto é, como realidades submetidas a leis naturais invariáveis...". Boa parte das citações utilizadas nessa seção desse artigo foram retiradas da obra *"Curso de Filosofia Positiva"* de Comte. Para facilitar o acesso do leitor a esse material fornecemos aqui, sempre que possível, a paginação utilizada na coletânea organizada por Evaristo de Moraes Filho. Ver: MORAES FILHO, Evaristo (org). **Comte**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. Para aqueles trechos da obra não incluídos no volume organizado por Moraes Filho, recorreremos à citação do texto original de Comte. Ver: COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

5. Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 64.

Para criar esta nova disciplina e adequá-la ao método das demais ciências experimentais, Comte defrontar-se-ia com três problemas fundamentais: (i) como atribuir à Sociologia uma especificidade e um campo próprio de experimentação; (ii) como definir seu estatuto teórico; (iii) como adequá-la ao método científico universal das ciências.

Quanto ao primeiro problema, Comte fazia questão de salientar a diferença entre a Física Social, incumbida da observação dos fenômenos sociais, e a Fisiologia, que se ocupava dos fenômenos biológicos. Para ele, "*ainda que a Fisiologia da espécie e do indivíduo sejam duas ciências absolutamente da mesma ordem, ou antes, duas porções distintas de uma ciência única, não é menos indispensável concebê-las e tratá-las separadamente*"<sup>6</sup>. A relação estabelecida por Comte entre a Sociologia e a Biologia estava diretamente ligada ao método universal das ciências da experimentação (que detalharemos mais adiante), baseado no princípio da indução e da filiação gradual. Entretanto, segundo Comte, a Sociologia poderia e deveria aprender o modo positivo de proceder, que outras disciplinas, como a Biologia, já haviam incorporado.

Em relação ao estatuto teórico da Física Social, Comte retoma os postulados nomológicos de Bacon ao afirmar que todo conhecimento real repousa nos fatos observados e toda especulação imaginativa deve ser subordinada à observação dos fatos em si. Ao mesmo tempo, o autor estabelece que "*nenhuma verdadeira observação é possível sem que seja primeiramente dirigida e finalmente interpretada por uma teoria*"(Comte, Curso de Filosofia Positiva, Primeira Lição, III).

As teorias, portanto, consistem na afirmação de determinadas leis invariáveis que regem o comportamento dos fenômenos sociais. A Filosofia Positiva, por sua vez, enquanto ciência busca a coordenação dos fatos através de uma teoria ou de uma lei geral de explicação. Assim: "*... é nas leis dos fenômenos que consiste realmente a ciência, à qual os fatos propriamente ditos, por mais exatos*

---

6 . Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 67.

*e numerosos que possam ser, nada mais fornecem do que os materiais indispensáveis*"<sup>7</sup>.

Para Comte o objetivo da ciência é submeter continuamente todo e qualquer fenômeno a leis rigorosamente invariáveis. A partir desses postulados universais, torna-se possível extrair leis gerais, prevendo os resultados de fenômenos semelhantes que aconteçam em situações de espaço e tempo distintas. Fatos novos passam a ser explicados à luz de formulações nomotéticas pré-estabelecidas, e é nisso que consiste o espírito positivo.

Em relação ao método, o terceiro e último problema com o qual se deparou, Comte aponta a indução e a filiação histórica como instrumento fundamental da doutrina positiva. Seu princípio geral é o gradualismo lógico pelo qual se estabelece que é "pela vinculação dos fatos precedentes que se aprende verdadeiramente a considerar os fatos seguintes". Desse modo, o método lógico-indutivo culmina na formulação de postulados, aos quais Comte preferiu dar o nome de teorias positivas ou leis gerais e invariáveis. Embora a Sociologia tenha sua doutrina e seu próprio campo de observação, ela compartilha da unicidade metodológica, própria ao conjunto das ciências da observação<sup>8</sup>.

Baseando-se no princípio indutivo, Comte afirma ser a filiação gradual (gradualismo) a melhor maneira de tornar a Sociologia uma ciência objetiva. As leis gerais e invariáveis funcionariam como postulados e axiomas que seriam testados e confrontados com os fatos através da experimentação. No limite, a própria formulação dessas leis ou desses postulados dependeria do gradualismo lógico inerente ao método, ou seja, uma lei geral e invariável se constitui através do método universal que também passa a ser o modo de fazer ciência da Filosofia Positiva.

---

7. Ver: MORAES FILHO, *op.cit.*, p. 53.

8. Segundo Comte, o método não é suscetível de ser estudado separadamente das pesquisas em que é utilizado. "*Quanto à doutrina, não é necessário que seja uma só; basta que seja homogênea. É, portanto, sob esse duplo ponto de vista, da unidade dos métodos e da homogeneidade das doutrinas, que consideramos, neste Curso, as diferentes classes de teorias positivas*". Ver: MORAES FILHO, *op.cit.*, pp. 73 e 81.

Ainda no que se refere ao método, Comte nos fornece dois corolários fundamentais a este princípio lógico-indutivo anteriormente exposto: (i) deve-se afastar as causas enquanto preocupação da Física Social e, (ii) buscar no método histórico, através da filiação gradual, o complemento lógico ao positivismo. Quanto ao primeiro corolário, Comte afastou de suas preocupações a busca das causalidades (princípio fundamental do pensamento de Durkheim). Para ele, o objetivo da Filosofia Positiva era o de submeter os fenômenos à leis invariáveis e não procurar suas causas, fossem elas primárias ou finais. Segundo Comte:

*“A verdadeira ciência consiste, toda ela, nas relações exatas estabelecidas entre os fatos observados, a fim de deduzir, do menor número possível de fenômenos fundamentais, a série mais extensa de fenômenos secundários, renunciando absolutamente à vã pesquisa das causas e das essências. Numa palavra, a revolução fundamental que caracteriza a vitalidade de nossa inteligência consiste essencialmente em substituir, em toda parte, a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis (...) a determinação do como à do porque”<sup>9</sup>.*

Neste aspecto, a identificação de Comte com os procedimentos defendidos por Bacon é completa. A concepção de Comte pode ser caracterizada, de modo sucinto, através do seguinte esquema:

---

<sup>9</sup> Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 80.

<p><b>CIÊNCIA</b></p> <p>=</p> <p>Fenômenos + Observação = Dedução + Leis Invariáveis</p>
---

No que se refere ao segundo corolário, pode-se afirmar que, embora Comte considerasse sua nova disciplina científica capaz de apropriar-se dos meios investigativos das outras ciências<sup>10</sup>, estabeleceu como complemento indispensável à lógica positiva "*o modo histórico propriamente dito, constituindo a investigação, não por simples comparação, mas por filiação gradual*"<sup>11</sup>.

Através do princípio metodológico da filiação gradual, Comte garante uma especificidade à Física Social perante às outras ciências, ao mesmo tempo em que aprimora seus procedimentos metodológicos. Aqui a analogia no modo de proceder positivo entre a Sociologia e a Biologia é estreita e evidente. Parte-se do geral ao particular, do grupo para o indivíduo, utilizando-se como procedimento a comparação. Para Comte, "na física dos corpos organizados, ao contrário, sendo o próprio homem o tipo mais completo do conjunto dos fenômenos, suas descobertas positivas começam necessariamente pelos fatos mais gerais, que lhe proporcionam depois uma luz indispensável para esclarecer o estudo de um gênero de pormenores. *Começa-se por descer do geral para o particular, porque conhece-se mais diretamente o conjunto do que as partes*"<sup>12</sup>.

Comte admitia que a descrição empírica absoluta do modo de ser dos fenômenos era impossível, reconhecendo por isso que a maneira mais judiciosa de proceder na Sociologia para manter o rigor científico e metodológico deveria incluir os seguintes passos: (i) a observação propriamente dita ou exame direto do fenômeno; (ii) a experiência, contemplação do fenômeno em condições artificiais (através da utilização de recursos de investigação) e; (iii) a comparação, isto é, a

---

10. "... além da aptidão quanto às deduções, desenvolvidas na fase matemática, a possibilidade de exploração direta que manifesta a fase astronômica, a apreciação experimental própria da fase físico-química, e, enfim, o método comparativo, emanado da fase biológica...." Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 85.

11 . Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 85.

12 . Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 83.

consideração gradual de uma série de casos análogos, através da qual o fenômeno se simplifica cada vez mais. Os dois primeiros são comuns a todas as ciências, de modo especial às experimentais, e o último refere-se mais diretamente à Sociologia, e deve ser analisado à parte, tendo em vista os objetivos desse artigo<sup>13</sup>.

## 1.2 O método comparativo segundo Augusto Comte

Os procedimentos comparativos de Comte estão inspirados na biologia e merecem uma consideração preliminar. Segundo Comte, quando se observa a sociedade como um todo, deve-se entendê-la como um organismo social complexo. As partes constituintes devem ser analisadas de uma forma análoga aos membros do corpo humano, ou seja, a partir da observação das funções desempenhadas por cada parte. A diferença fundamental que existe entre ambas as disciplinas científicas reside na experimentação, que na Biologia é direta e na Sociologia se dá de modo indireto. Contudo, Comte acreditava que reduzida à estática social "*a utilidade científica de tal comparação era verdadeiramente incontestável*", mesmo que o estado gregário humano tivesse conhecido uma evolução progressiva desde os primórdios em relação às variações quase imperceptíveis dos animais<sup>14</sup>.

Para Comte as leis gerais e invariáveis podiam ser descobertas na Sociologia por intermédio da comparação, no tempo e no espaço, entre diferentes épocas históricas ou diferentes agrupamentos humanos. A Sociologia deveria se valer do método comparativo utilizado na Biologia, desde que de modo ordenado e obedecendo a um encadeamento racional. O uso da comparação na Biologia envolvia, segundo o autor: (i) a comparação entre as diversas partes de cada organismo determinado; (ii) a comparação entre os sexos; (iii) a comparação entre

---

13. Segundo Comte, na Sociologia, em virtude da incidência das paixões sobre o investigador, o espírito positivo ainda se encontra fragilizado. Isso requer um esforço extra dos pesquisadores para que resguardem com extremo cuidado suas posições em relação aos objetos no momento da observação.

14. Ver: MORAES FILHO, *op. cit.*, p. 92.



as diversas fases do desenvolvimento de um organismo; (iv) a comparação entre as diferentes raças ou variedades de cada espécie; (v) enfim, o mais alto nível, constituído pela comparação entre todos os organismos da hierarquia biológica.

Na Sociologia a comparação também poderia ocorrer em diferentes níveis. Na comparação Sociológica, o primeiro procedimento envolveria o contraste entre as partes constitutivas de uma sociedade e a identificação de diferenças simples sociedade-sociedade (conforme itens 1 e 2 acima). O segundo passo refere-se à comparações entre sociedades humanas em diferentes épocas, como, por exemplo, entre modernos e primitivos (item 3 acima, seguindo a analogia com o uso do método comparativo na Biologia). Em terceiro, segundo Comte, a exemplo da Biologia, a Sociologia deveria construir classificações envolvendo diferentes raças, gêneros, etnias e famílias, para melhor comparar, pois, como ele próprio mencionou, "nada é mais apropriado do que este procedimento para caracterizar nitidamente as diversas fases essenciais da evolução humana" (referindo-se ao item 4 acima). E, finalmente, a comparação histórica dos diversos estados consecutivos da humanidade, através do método da filiação gradual onde, à semelhança da Biologia, se comparam todos os organismos da hierarquia (item 5).

A importância que Comte atribui à comparação histórica como método por excelência da Física Social, está tanto na sua diferença em relação aos métodos utilizados pelas demais ciências, como pelo fato dela corroborar o princípio metodológico que consiste em proceder do universal para o particular (do geral para o específico), permitindo o uso racional das séries sociais. Portanto, a comparação por filiação gradual constitui-se no procedimento metodológico que dá consistência epistemológica ao método destinado a dar suporte à nova ciência incumbida do estudo dos fenômenos sociais.

## 2. DURKHEIM E A COMPARAÇÃO COMO LEI DE EXPLICAÇÃO SOCIOLÓGICA

A complexidade e a importância da abordagem teórico-metodológica de Durkheim não podem ser compreendidas (ou atualizadas) sem uma reflexão acerca do lugar ocupado pela comparação em sua obra, no que se refere à construção da explicação sociológica. Concordamos aqui com Ragin & Zaret quando afirmam que a análise comparativa ocupa um lugar central na obra de Durkheim, justamente porque é através dela que o autor apresenta suas soluções para alguns dos problemas fundamentais das ciências sociais, entre eles, a difícil conciliação entre a complexidade e a generalidade da pesquisa social<sup>15</sup>.

Durkheim emprega diferentes instrumentos analíticos, como os tipos ideais e as espécies sociais, na operacionalização de uma estratégia de comparação sistemática. Mas, ainda que o autor tenha chamado atenção para a importância do método comparativo na análise sociológica, o significado epistemológico deste procedimento nem sempre aparece de forma explícita em seus escritos.

Antes de analisarmos a forma como Durkheim utiliza o método comparativo, consideramos necessário evidenciar dois passos decisivos que antecedem o uso da comparação em sua abordagem sociológica. Iniciaremos nossa reflexão retomando a perspectiva durkheimiana acerca dos fundamentos epistemológicos da explicação causal para, a seguir, discutir a constituição dos tipos sociais, o que deverá nos conduzir, finalmente, ao tema central da discussão desse artigo.

### 2.1. Os fundamentos epistemológicos da explicação causal

---

15 . Alguns dos argumentos apresentados a seguir foram retirados do artigo de Ragin e Zaret. Ver: RAGIN, C. e ZARET, D. Theory and method in comparative research: two strategies. *Social forces*, Chappel Hill, v. 61, n. 3, p. 731-754, March 1983.

Em termos epistemológicos, Durkheim alicerça sua proposta teórico-metodológica em um princípio geral, que se divide em dois postulados fundamentais. Por um lado, acredita que a sociedade humana deva ser estudada como os demais organismos biológicos, possuindo uma lógica organizativa semelhante à das sociedades animais. Por outro, postula que, para conhecer e explicar o organismo social, é preciso desvendar suas conexões essenciais, formadas pelas relações de causalidade e de funcionalidade que lhe são inerentes.

O primeiro postulado é afirmado por Durkheim quando este estabelece uma regra fundamental como ponto de partida de seu método, qual seja, a de que "*os fatos sociais devem ser tratados como coisas*"<sup>16</sup>. Essa regra impõem ao sociólogo que este se coloque em um estado de espírito semelhante ao de um físico ou um químico em um laboratório, de forma a tratar os objetos de estudo da ciência social como coisas, ou seja, enquanto realidades externas à sua consciência.

Na verdade, antes de os fatos sociais poderem ser tratados como coisas, ou seja, tornarem-se passíveis de serem submetidos ao método positivo, Durkheim precisou conferir-lhes o estatuto de objetos do conhecimento científico, diferenciando-os dos fatos individuais ou psicológicos, e dos fatos gerais ou vulgares (construídos a partir do senso comum). Os fatos sociais são caracterizados e definidos por sua exterioridade ao indivíduo, e por exercer sobre ele uma coerção ou um poder imperativo. São, portanto, alheios à vontade individual, que está submetida a eles, em grau variado, porém, de modo inescapável.

O segundo postulado epistemológico da teoria durkheimiana é decorrente do anterior, e refere-se às relações de causalidade que constituem a essência dos fatos sociais, sendo o alvo da explicação sociológica<sup>17</sup>. As relações causais são o elo de ligação dos fenômenos coletivos (fatos sociais) com suas partes constituintes (os

---

16. Ver: DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p. XXI.

17. Importante não confundir o objeto de estudo da sociologia de Durkheim, que são os fatos sociais, com a explicação sociológica propriamente dita, que é a elucidação das relações de causalidade.

indivíduos que integram a sociedade). Assim, desvendar a natureza das relações que se estabelecem entre as partes (indivíduos) e o todo (a sociedade), significa revelar as conexões causais que mantêm a ordem e o funcionamento do organismo social, à semelhança do que ocorre com os demais organismos biológicos. No estudo dos fatos sociais o cientista deve procurar revelar as causas, orientando-se a partir dos efeitos por elas produzidos. Deverá agir, portanto, de forma análoga a um médico, que busca amainar a dor (efeito) de seu paciente, atacando a doença (causa) que lhe dá origem.

O princípio geral aqui explicitado, através de seus dois postulados, serve de fundamento ao edifício teórico durkheimiano, estabelecendo as bases da objetividade e da cientificidade do conhecimento sobre o social. Esta construção analítica, proposta por Durkheim, encontra-se assentada, segundo Fernandes<sup>18</sup>, em três patamares distintos, hierarquicamente dispostos: (i) a delimitação do objeto através da observação sociológica; (ii) a constituição dos tipos sociais médios (ou instâncias empíricas, como prefere Fernandes) e; (iii) a explicação do fato social propriamente dita.

No primeiro andar, busca-se determinar o fato social como objeto da Sociologia, encarando-o positivamente enquanto coisa (dado), e não como representação. Feito isso, Durkheim sugere como corolários a esta regra fundamental o afastamento das pré-noções, a definição objetiva do que se estuda e a consideração de manifestações coletivas. Com respeito à delimitação do objeto, deve-se mencionar ainda a distinção entre os fatos de natureza normal e os patológicos.

Ao definir os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito, como objeto de análise da sociologia, Durkheim rejeita tanto o nominalismo das generalizações filosóficas, quanto o individualismo e o gradualismo das explicações positivas. O nominalismo e o gradualismo são rejeitados, de um lado, pelo fato da sociologia "não ser um

corolário da psicologia" e não tratar dos fenômenos relativos à vida individual e particular de cada ser humano, de outro, porque as sociedades humanas não existem por justaposição, sendo as de tipo superior mera evolução daquelas mais simples.

A ciência realista e racionalista, como a define o próprio Durkheim, deve estender à conduta humana o racionalismo científico, pois, a partir de uma análise temporal, é possível reduzir os fatos sociais à um conjunto de relações de causa e efeito<sup>19</sup>. Neste sentido, Durkheim rompe com as formulações de Comte, Spencer e Stuart Mill, que não obstante terem declarado que os fatos sociais são fatos da natureza, não os trataram como coisas, ou seja, enquanto objetos do método positivo.

O mérito de Comte é particularmente ressaltado por Durkheim, por ter sido este autor o primeiro a abandonar as generalidades filosóficas e reconhecer o caráter empírico dos fatos sociais, aplicando-lhes o mesmo o princípio explicativo utilizado pelas demais ciências positivas. No entanto, o erro de Comte, segundo Durkheim, foi o de não ter percebido que a evolução gradual das sociedades é uma idéia (representação) que formamos para servir de recurso conceptual e nos aproximarmos da realidade. Por si só a sociedade não é um objeto de estudo e tampouco sua evolução gradual. Os objetos sociológicos, segundo Durkheim, necessitam ser construídos e separados dos fatos comuns ou vulgares, e por essa razão a simples descrição da evolução gradual, proposta por Comte, fica a meio caminho da explicação sociológica.

Para Durkheim, Comte tinha um procedimento metódico - a explicação positiva dos fatos sociais a partir das leis de filiação gradual - mas não um objeto de estudo. Comte considerava que a Sociologia deveria ser construída com base na simples observação e formulação de leis gerais invariáveis. Da mesma maneira, segundo Durkheim, Spencer teria cometido erro semelhante, ao partir de uma

---

18. Ver: FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 71.

19. A expressão "ciência realista" é de Fernandes. Ver: FERNANDES, *op. cit.*, p. 73.

representação abstrata da sociedade e da cooperação, para definir, por dedução, o objeto da sociologia. O mesmo aconteceria com Stuart Mill, ao não fornecer os elementos concretos nos quais baseou sua reflexão sobre a aquisição de riquezas.

Em Durkheim, o social se explica pelo social, isto é, as conexões causais fundamentais se desvendam a partir das relações sociais por elas próprias engendradas, e, muitas vezes, não perceptíveis a “olho nu”. Para Durkheim, ao contrário de Comte, *"o todo não é idêntico à soma das partes, constitui algo diferente e cujas propriedades divergem daquelas que apresentam as partes de que é composto.(...) A sociedade não é uma simples soma de indivíduos, e sim um sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios"*<sup>20</sup>.

No primeiro andar do edifício teórico de Durkheim os sociólogos ainda não necessitam de teorias. Segundo Fernandes, somente à medida que a investigação sociológica progredir é que delas se beneficiarão. Até lá, e mesmo depois, precisam saber proceder a descrições exatas, a observações bem feitas e, em particular, devem aprender a extrair da complexa realidade social os fatos que interessam precisamente à Sociologia. Para atingir estes fins não necessitam de uma teoria sociológica, propriamente falando, mas de uma espécie de teoria da investigação sociológica, o que é outra coisa e presumivelmente algo exequível e legítimo. É justamente aí que a Sociologia poderia aproveitar a lição e a experiência das ciências mais maduras: transferindo para seu campo de estudos os procedimentos científicos usados nas ciências empírico-indutivas, de observação ou experimentais<sup>21</sup>.

## **2.2. A elaboração das instâncias empíricas: os tipos sociais médios**

---

20. Ver: DURKHEIM, *op cit*, 1985, p. 89-90.

21 . Ver: FERNANDES, *op. cit*, p. 72.

Estabelecidos os pressupostos epistemológicos e as regras relativas à delimitação e à observação dos fatos sociais, Durkheim propõe a construção do segundo andar de sua edificação teórica, através da elaboração de tipos sociais. Como o fato social não pode ser definido isoladamente e, tampouco, submetido a uma lei genérica invariável, sob pena de repetirmos o equívoco comteano, o sociólogo necessita construir o que Durkheim chama de espécies.

Para submeter fatos de natureza eminentemente social, autônomos e decorrentes das relações entre os indivíduos, às leis da explicação causal, Durkheim precisou recorrer à analogia com a Biologia. Através da observação o sociólogo busca unificar as manifestações sociais em torno de tipos médios. O tipo social médio está na fronteira entre o que é normal e comum aos olhos humanos com aquilo que é anormal (patológico). O tipo social médio é algo parecido com a classe nas sociedades animais: integram uma classe os seres que possuem características semelhantes, embora alguns possam ser desviantes em certo grau. Veja-se o exemplo dos animais da classe dos mamíferos. Todos tem em comum o fato de mamarem, embora pertençam a espécies diversas.

Segundo Ragin & Zaret, é com a construção de espécies sociais que Durkheim inicia a estratégia comparativa. As espécies sociais existem pela mesma razão que existem espécies na Biologia. Para Durkheim *"a afirmação de que diferentes espécies são objetivamente distintas e finitas tem como pressuposto a idéia de que as relações internas entre espécies são determinadas pelo seu modo de agregação, e seus atributos emergem da combinação de suas partes constituintes"*<sup>22</sup>.

Esta concepção das espécies biológicas é compatível com o sistema social imaginado por Durkheim. A doutrina da hierarquia social aparece como um axioma no sistema teórico de sua Sociologia. As relações entre variáveis são amplamente determinadas pelo contexto sistêmico. Por essa razão Durkheim prefere as explicações funcionais às holísticas. Por aí também deve ser entendida a utilização das analogias biológicas que explicam as noções sistêmicas de

---

22 . Ver: RAGIN e ZARET, *op. cit.* , p. 734.

causalidade. Para Ragin & Zaret, *"A questão central não é o fato de Durkheim ter se utilizado de analogias orgânicas; ele adotou os pressupostos meta-teóricos da Biologia por acreditar que a emergência hierárquica, a explicação holística e a classificação, aplicavam-se tanto à sociologia como à Biologia"* <sup>23</sup>.

Como mostrou Florestan Fernandes, a construção dos tipos sociais médios revela como Durkheim utiliza-se da indução como procedimento que revigora seus critérios de objetividade científica, pois os tipos médios tem por base a natureza das coisas (sociais), e vão além das manifestações puramente individuais<sup>24</sup>.

Para Durkheim, entre a confusa multiplicidade das sociedades históricas, e o conceito único, mas ideal, de humanidade, existem intermediários: são as espécies sociais. Na idéia de espécie, com efeito, encontramos reunidas tanto a unidade que é exigida por toda a pesquisa verdadeiramente científica, quanto a diversidade que é dada nos fatos; sendo a mesma em todos os indivíduos que dela fazem parte, cada espécie difere, no entanto, da outra<sup>25</sup>.

Na introdução da obra *"O Suicídio"*, os procedimentos adotadas para a construção dos tipos médios estão claramente expostos. Durkheim afirma:

*"...nossa tarefa primordial deve portanto ser a de determinar a ordem de fatos que nos propomos a estudar sob o nome de suicídios. Nesse sentido vamos procurar ver se, entre os diferentes tipos de mortes, existem algumas que tem em comum caracteres suficientemente objetivos para poderem ser reconhecidos por qualquer observador de boa fé, suficientemente especiais para não serem encontrados noutros tipos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente próximos dos que são qualificados sob o nome de suicídios para que possamos, sem forçar o uso, conservar esta mesma expressão. Reuniremos sob esta denominação todos os fatos sem exceção, que apresentarem estes caracteres distintivos, e isto sem nos preocuparmos com se a classe assim constituída não*

---

23 . Ver: RAGIN e ZARET, *op. cit.*, p. 735.

24 . Ver: FERNANDES, *op. cit.*, p. 76.

25 . Ver: DURKHEIM, *op. cit.*, 1985, p. 67.



*compreende todos os casos que normalmente se denominam assim*"<sup>26</sup>

A construção dos tipos médios não apenas tem o objetivo de reunir sob um tipo os caracteres comuns a todos os indivíduos para que a ciência possa descrevê-los e classificá-los, como também serve para substituir os fatos vulgares e numerosos pelos fatos decisivos e cruciais. A construção das espécies tem o papel de colocar em nossas mãos pontos de apoio com os quais possamos ligar outras observações; devem ser capazes de abreviar o trabalho de classificação dos fatos sociais e, por isso, basear-se num pequeno número de caracteres, cuidadosamente escolhidos.

A busca dos fatos cruciais, tomada de empréstimo de Bacon, se dá através da construção de espécies e recoloca o postulado da explicação causal no centro da estratégia teórico-metodológica de Durkheim. Assim:

*“uma vez estabelecida a classificação, a partir deste princípio, não será necessário ter observado todas as sociedades de uma espécie para saber se um fato é geral nessa espécie ou não; a observação de algumas sociedades será suficiente. E mesmo, em muitos casos, bastará uma observação só, mas bem feita, assim como, muitas vezes, uma única experiência bem conduzida chega para o estabelecimento de uma lei”*<sup>27</sup>

Para Durkheim, a classificação por tipificação permite ver mais claramente as causas essenciais constituintes de um fenômeno. E nesta fase, e somente aí, Durkheim aplica o postulado comtiano da evolução, ao estabelecer que as sociedades atuais devem ser percebidas como uma decorrência da união e da

---

26 . Ver: DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes, 1973. p. 8.

27 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 70.

transformação das formas sociais mais simples. Este procedimento é particularmente evidente nos estudos de Durkheim sobre as religiões<sup>28</sup>.

### **2.3. O método comparativo na explicação sociológica segundo Durkheim**

Finalmente chegamos ao terceiro andar do edifício teórico durkheimiano, para usar a metáfora de Florestan Fernandes. Como vimos, Durkheim se opunha às explicações sociológicas baseadas em leis científicas abstratas ou em meras generalizações filosóficas formuladas a partir da simples descrição empírica dos fenômenos. Para ele, a pesquisa comparada era o ponto intermediário entre a complexidade dos objetos em seu estado bruto e a possibilidade do conhecimento científico poder estabelecer explicações generalizáveis, aspecto fundamental, segundo Durkheim, para credenciar a sociologia enquanto ciência.

Ao assumir a determinação causal como um princípio metodológico, Durkheim atribuiu-lhe um significado de extrema importância em sua teoria. Se as causas são permanentes e imutáveis na sociedade, elas são inerentes aos fatos sociais. Portanto, como atributos inerentes ao social, as causas não podem ser removidas e submetidas a análise dedutiva direta, tal como ocorre nas ciências da experimentação. Nota-se aí a ruptura fundamental entre a concepção de Durkheim e as posições de Comte e Bacon. A sociologia, segundo Durkheim, deve seguir o caminho da experimentação indireta ou a análise das variações concomitantes, fazendo uso, portanto, de um procedimento indutivo, e não dedutivo, como propunham Comte e Bacon. Pela variação concomitante, ou pelo simples paralelismo de uma variável, pode-se verificar se a causa é permanente e, neste caso, verificar se há uma lei de explicação. A concomitância é a prova de que

---

28. Ver: DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

uma causa existe em dois fenômenos sociais e que, portanto, tende a produzir os mesmos efeitos e ter funções semelhantes. Segundo Durkheim:

*"...se desejarmos empregar o método comparativo de maneira científica, isto é, conformando-nos com o princípio da causalidade tal que se desprende da própria ciência, deveremos tomar por base das comparações que instituímos a seguinte proposição: a um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa."<sup>29</sup>*

*"Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende de outro"<sup>30</sup>*

Entretanto, a sociologia, contrariamente às outras ciências, para poder vale-se deste postulado causal, precisa fornecer ao investigador recursos metodológicos que sejam capazes de neutralizar ou pelo menos controlar a complexidade dos seus objetos (os fatos sociais), pois a simples demonstração, tal como nas ciências físico-químicas, revela-se insuficiente para garantir que os vários efeitos possuem uma única causalidade. Ou seja, há uma grande probabilidade de erro ao se determinar que tal efeito corresponde a esta ou aquela causa, mesmo depois de estudá-los cientificamente.

Durkheim estava ciente de que por mais competente que pudesse ser o investigador, ele dificilmente poderia garantir certeza total na análise dos efeitos ou dos antecedentes históricos (conhecidos ou não) responsáveis por uma determinada causa. A comparação ganha, aqui, um papel de destaque em sua proposta teórico-metodológica, pois, segundo o autor:

*"...para que uma variação seja demonstrativa, não é necessário que todas as variações diferentes daquelas que comparamos tenham sido rigorosamente excluídas. O simples paralelismo de valores*

---

29 . Ver: DURKHEIM, *op. cit.*, 1985, p. 112.

30 . Ver: DURKHEIM, *op. cit.*, 1985, p. 109.

*pelos quais passam dois fenômenos, desde que tenha sido estabelecido num número suficiente de casos bastante variados, é a prova de que existe entre eles uma relação (...) A concomitância constante é, pois, ela mesma, uma lei, seja qual for o estado dos fenômenos que restaram fora da comparação”<sup>31</sup>*

Mas, para Durkheim, além de a comparação auxiliar o investigador a determinar a relação causal fundamental dos fatos sociais, existe ainda outra razão que torna o método das variações concomitantes (comparações) o instrumento por excelência da explicação sociológica. Esta razão está no fato de que este método:

*“...não nos obriga nem a enumerações incompletas, nem a observações superficiais. Para que dê resultados, bastam alguns fatos. Desde que se provou que, num certo número de casos, dois fenômenos variam, um e outro, da mesma maneira, pode-se ter a certeza de que nos encontramos em presença de uma lei”<sup>32</sup>*

Ou seja, é pela comparação entre dois fatos sociais, ou seja, entre um fato crucial e um fato vulgar (do senso comum), que o sociólogo pode determinar o que é fundamental, estabelecendo a causa principal a partir da qual derivam efeitos e conseqüências diversas e que, portanto, merece ser investigada.

Quando se compara concomitantemente dois fenômenos, é preciso recorrer à interpretação para se chegar a causa comum entre ambos. Para se estabelecer uma relação de causalidade entre eles pode-se proceder do seguinte modo:

1º *“...procurar, com o auxílio da dedução, saber como um dos dois termos pode produzir o outro”;*

2º *“...verificar o resultado desta dedução com o auxílio de experiências, isto é, de novas comparações;”*

---

31 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 113-114.

32 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 116.

3º "...se a dedução for possível e se a verificação é bem sucedida, poder-se-á encarar a prova como terminada"<sup>33</sup>.

Entretanto, se não houver nenhuma relação entre os fatos analisados, sobretudo se não houver nenhuma relação entre a hipótese inicial e a lei demonstrada, então é preciso recorrer a um terceiro fenômeno, com o qual os fenômenos anteriormente comparados tenham relação. Aplica-se então, novamente, o método das variações concomitantes, ou seja, o método comparativo.

Procuramos aqui demonstrar como em Durkheim a comparação não é simplesmente uma técnica de trabalho, utilizada para fazer analogias entre dois ou mais fatos, estabelecendo entre eles diferenças e semelhanças. Para Durkheim a comparação é o método sociológico por excelência, porque é através dela que podemos demonstrar o princípio de que a cada efeito corresponde uma causa. Em suas obras, Durkheim demonstrou como em distintas sociedades o crime, o casamento, o suicídio e a poupança, são diferentes e sofrem variação, possuindo, no entanto, causalidades comuns, como por exemplo a existência ou não da solidariedade (seu grande tema de pesquisa). Em seu livro (que para alguns assemelha-se a um manual de metodologia), Durkheim deixou um série de recomendações referentes à utilização do método comparativo, que merecem ser reproduzidas:

1º- "*O necessário é comparar, não variações isoladas, mas séries de variações regularmente constituídas e, o que é mais, suficientemente extensas, cujos termos se liguem uns aos outros por uma gradação tão contínua quanto possível. Pois as variações de um fenômeno não permitem chegar a uma lei, a não ser que exprimam claramente a maneira pela qual ele se desenvolve em circunstâncias dadas*"<sup>34</sup>

---

33 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 115.

34 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 118.

2º – “Fazendo entrar em linha de conta muitos povos da mesma espécie, dispomos já de um campo de comparações mais vasto. Em primeiro lugar, podemos confrontar a história de um com a de outros e ver se, em cada um deles, tomado à parte, o mesmo fenómeno evoluiu no tempo em função das mesmas condições. Em seguida, pode-se estabelecer comparações entre os diversos desenvolvimentos.”<sup>35</sup>

3º- “Para explicar uma instituição social pertencente a uma espécie determinada, serão comparadas as formas diferentes que ela apresenta, não apenas entre os povos desta espécie, mas em todas as espécies anteriores”<sup>36</sup>.

Por conseguinte, não se pode explicar um fato social de alguma complexidade senão sob a condição de seguir-lhe o desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais. “A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia, na medida em que deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos”<sup>37</sup>.

### **3. WEBER E O USO DA COMPARAÇÃO NAS “CIÊNCIAS DA CULTURA”**

#### **3.1 A explicação sociológica segundo Max Weber**

Para que possamos compreender o papel da comparação na construção da explicação sociológica, dentro de uma perspectiva weberiana, julgamos necessário resgatar aqui, ainda que de uma forma sintética, alguns dos pressupostos fundamentais que, segundo esse autor, dão sustentação ao processo de produção do conhecimento nas ciências sociais.

As diferenças existentes entre a estratégia de comparação proposta por Weber e as análises de Comte e Durkheim, encontram suas raízes em formas

---

35 . Ver: DURKHEIM, *op. cit.*, 1985, p. 119.

36 . Ver: DURKHEIM, *op.cit.*, 1985, p. 120.

37 . Ver: DURKHEIM, *op. cit.*, 1985, p. 121.

distintas de compreender o modo como se dá a validação científica do conhecimento nas chamadas “ciências da cultura”, remetendo, portanto, a diferentes visões acerca do projeto da Sociologia enquanto disciplina científica. É somente dentro deste contexto mais amplo que podemos compreender as idéias de Weber acerca das relações existentes entre a singularidade histórica e a generalização explicativa na construção da explicação sociológica.

Para Weber a sociedade não pode ser compreendida como um sistema natural, passível de ser apreendido em sua totalidade. A sociologia, enquanto “...ciência que pretende entender, pela interpretação, a ação social, para desta maneira explicá-la causalmente, no seu desenvolvimento e nos seus efeitos”<sup>38</sup>, tem como referência uma realidade infinita e complexa, analisada, sempre, a partir de um determinado ponto de vista.

As conexões existentes entre constelações singulares de fenômenos não podem ser deduzidas com base em leis e fatores de caráter universal. A descoberta das regularidades gerais que regem determinados fatos da vida social não é um fim em si mesma, mas uma etapa necessária à explicação de um processo histórico-social determinado, produzido por um conjunto complexo de causas que atuam em condições sociais específicas

*“Supondo que alguma vez, quer por meio da psicologia, quer de qualquer outro modo, se conseguisse decompor em fatores últimos e simples todas as conexões causais imagináveis da coexistência humana, tanto as que já foram observadas, como as que um dia será possível estabelecer, e supondo que se conseguisse abrangê-las de modo exaustivo numa imensa casuística de conceitos e de regras com a rigorosa validade de leis, o que significaria este resultado para o conhecimento, quer do mundo cultural historicamente dado, quer de algum fenômeno particular, como o do capitalismo na sua evolução ou no seu significado cultural? Como meio de conhecimento, não significa nem mais nem menos que*

---

38. Ver: WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais- 1921. In: WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 400.

*aquilo que um dicionário das combinações da química orgânica significa para o conhecimento biogenético dos reinos animal e vegetal. Tanto num caso como noutro, ter-se-á realizado um importante e útil trabalho preliminar. Todavia, e, tanto num caso como noutro, tornar-se-á impossível chegar algum dia a deduzir a realidade da vida a partir destas “leis e fatores”. Não por subsistirem, ainda, nos fenômenos vitais, determinadas “forças” superiores e misteriosas (...) mas simplesmente porque, para o conhecimento da realidade, só nos interessa a constelação em que estes fatores (hipotéticos) se agrupam, formando um fenômeno cultural historicamente significativo para nós; e também porque, se pretendermos “explicar causalmente estes agrupamentos individuais, teríamos de nos reportar constantemente a outros agrupamentos igualmente individuais, a partir dos quais os explicássemos, embora utilizando, naturalmente, os citados (hipotéticos) conceitos denominados leis”<sup>39</sup>*

A afirmação feita pelo autor de que a formulação de leis e conceitos gerais corresponde somente a uma etapa do processo de conhecimento em ciências sociais, não podendo ser vista como sendo seu objetivo último, não implica, no entanto, em um abandono dos princípios de experimentação e comprovação que fundamentam a construção do conhecimento científico. As ciências histórico-sociais possuem, no entanto, fundamentos metodológicos próprios, estreitamente associados à busca das conexões de sentido existentes entre fenômenos historicamente singulares. O reconhecimento de que a realidade social possui uma dimensão subjetiva e valorativa, dimensão esta que permeia a própria atividade do cientista, não implica, no entanto, em uma adesão ao “intuicionismo”, tão criticado por Weber. A ruptura entre conhecimento científico e juízo de valor encontra-se, neste caso, estreitamente vinculada ao rigoroso controle da lógica subjacente à explicação causal.

Explicar, em Sociologia, significa apreender interpretativamente o sentido ou a conexão de sentido implícita em uma determinada ação. O método que possibilita desvendar o sentido subjetivo das ações é o método compreensivo, seja

---

39. Ver: WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política - 1904. In: WEBER, *op.cit.*, 1992. p. 126-127.



ele aplicado na análise de uma ação histórica particular, na interpretação de uma massa de casos (como média aproximada) ou na construção de um tipo ideal.

*“O tipo ideal constitui-se como um momento em que o sujeito cognoscente analisa o real conforme as relações que seu ponto de vista mantém com os valores”*<sup>40</sup>. Este recurso heurístico permite ao investigador construir uma espécie de “experimento ideal”, por meio do qual torna-se possível relacionar os processos sociais concretos às suas conexões de sentido, o particular ao geral, o desenvolvimento hipotético ao desenvolvimento real<sup>41</sup>.

A lógica que preside a construção dos conceitos típico-ideais diferencia-se da lógica subjacente à construção de conceitos genéricos simples. O tipo ideal não representa o ponto médio, constituído com base em uma diversidade de fenômenos empiricamente observáveis:

*“Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira exemplar. Tem antes o significado de um conceito limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construimos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva que a nossa imaginação, orientada segundo a realidade, julga adequadas.”*<sup>42</sup>

Enquanto construção hipotética e racional, o tipo ideal resulta da articulação entre fenômenos isolados e pontos de vista diferenciados, selecionados de forma unilateral, que passam a constituir um quadro homogêneo de pensamento, no qual aparecem acentuadas as características típicas e distintivas de um fenômeno singular. Um exemplo concreto deste procedimento são os tipos

---

40. Ver: TRATEMBERG, Maurício. Atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max, *op.cit.*, 1992, p. XXV.

41. Ver: FERNANDES, *op. cit.*, 89.

puros de dominação, racional, tradicional e carismática, construídos por Weber, em relação aos quais ele observa: “... o fato de que nenhum dos três tipos ideais que vão ser estudados a seguir, costume ocorrer em “estado puro” na realidade histórica, não deve impedir aqui, como em nenhum lugar, a fixação conceptual, na forma mais pura possível, de sua construção”.<sup>43</sup>

Os tipos construídos por Weber não devem ser vistos enquanto um reflexo do real. Sua arquitetura, baseada em conexões de sentido puramente racionais, tem por objetivo servir enquanto um referencial, a partir do qual, é possível aferir a distância existente entre o tipo ideal (construído enquanto uma ação racional em relação a fins) e o desenvolvimento histórico-social concreto, influenciado por irracionalidades de todo o tipo (paixões, erros, acasos).

É a relação existente entre duas séries de fenômenos, “...uma real (os fenômenos no curso observado) e outra ideal (os fenômenos no curso do como se, isto é, no curso do construído racionalmente)...”<sup>44</sup>, que permite ao investigador desvendar as causas geradoras deste ou daquele fenômeno social. O método interpretativo proposto por Weber procura conjugar, de um lado, a busca de uma *adequação de sentido*, ou seja, a identificação das motivações subjacentes à conduta de um determinado agente social, de outro, a *adequação causal*, ou seja, as causas que determinam que uma sucessão de fatos, dentro das regras da experiência, tenha a probabilidade de acontecer de uma determinada maneira.

A explicação sociológica, na forma como é compreendida por Weber, tem por objetivo identificar as conexões causais existentes entre determinados “conjuntos de condições”, passíveis de serem associadas ao fenômeno estudado. Contrariando o postulado durkheimiano de que “a cada efeito corresponde uma causa”, o autor direciona seus esforços na busca da relação lógica existente entre complexos de condições que, em contextos histórico-sociais específicos, encontram-se

---

42. Ver: WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política - 1904. In: WEBER, Max., *op. cit.*, 1992, p. 140.

43. Ver: CASTRO, A.M. e DIAS, E. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, Tijuca, 1987. p. 140.

associadas à gênese e ao desenvolvimento de um determinado processo. Para isso, lança mão da “imputação causal” enquanto procedimento metodológico. Vale a pena retomar aqui as palavras do próprio Weber:

*“O que nós efetivamente queremos saber é o seguinte: por meio de quais operações lógicas conseguimos a compreensão e a sua fundamentação demonstrativa, da existência de uma tal relação causal entre aqueles elementos “essenciais” do resultado e determinados elementos dentro da infinidade de elementos determinantes. Certamente que não pela observação do simples curso dos acontecimentos - pelo menos não, se por isso se entende uma “fotografia” espiritual, “sem pressupostos”, dos processos psíquicos e físicos que aconteceram na época e no lugar em questão (...) Pelo contrário, a imputação se faz na forma de um processo de pensamento que contém uma série de abstrações. Destas, a primeira e a mais decisiva é a que, entre os componentes causais e reais do processo, supomos um componente ou vários componentes modificados num determinado sentido, e nós nos perguntamos se, nas condições do curso dos acontecimentos que foram modificadas dessa maneira, seria “possível” esperar o mesmo resultado.”<sup>45</sup>*

A causalidade, no sentido weberiano, é disciplinada pela *probabilidade*, entendida, antes de mais nada, em sua dimensão qualitativa. A possibilidade objetiva de que um determinado fenômeno venha a ocorrer é aferida com base em modelos que repousam, em grande medida, no significado atribuído pelo investigador ao conteúdo de um acontecimento concreto e suas possibilidades de desenvolvimento. Este exercício de imputação causal tem sua objetividade garantida através do rigorismo lógico e conceptual implícito às construções típico-ideais, que permite a distinção entre causação adequada e causação acidental, assim definidas:

---

44. Ver: FERNANDES, *op. cit.*, p. 91.

45. Ver: WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: WEBER, Max, *op. cit.*, 1992, p. 198.

*“... denominamos de “causação adequada” os casos que correspondem a um tipo lógico no último termo e que se referem à relação de determinados complexos de “ condições” como um resultado efetivo, complexos que foram concebidos como isolados e reunidos para a consideração histórica numa unidade (a causação adequada se refere à causação daqueles elementos do resultado através destas condições) (...) falaremos de “causação acidental” nos casos em que, no que diz respeito aos elementos do resultado que entram na consideração histórica, foram eficazes certos fatos que provocaram um resultado não “adequado” neste sentido, com relação a um complexo de condições concebido como reunido numa unidade.”<sup>46</sup>.*

Enquanto procedimento metodológico, a imputação causal pode ser aplicada tanto na pesquisa histórica, cuja análise encontra-se centrada “nas personalidades, nas estruturas e nas ações individuais consideradas culturalmente importantes”, como na sociologia, entendida enquanto uma ciência “generalizadora”, que tem como preocupação central descobrir, a partir de uma abordagem menos comprometida com a dinâmica social, as regras gerais do acontecer.

A importância dada por Weber à singularidade dos processos sociais e históricos, não implica em uma renúncia à busca da explicação racional e da generalização: a construção de hipóteses e o exercício da imputação causal tem, como mediação fundamental, as relações existentes entre conceitos típico-ideais, que permitem articular as categorias gerais da sociologia, aos fenômenos empiricamente observáveis.

### **3.2 A comparação na perspectiva weberiana**

---

46. Ver: WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura. In: WEBER, *op. cit.*, 1992, p. 207

Com base no que foi exposto anteriormente, acerca dos princípios fundamentais da explicação sociológica, cabe perguntar: qual o papel da comparação na metodologia proposta por Weber? Não ignorando as diferentes leituras existentes acerca das bases epistemológicas da sociologia weberiana, nos parece importante resgatar aqui a interpretação proposta por Florestan Fernandes em seu livro “*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*”:

*“Ao contrário do que acontece com Durkheim, o “método comparativo” desempenha, na técnica indutiva de Weber, um papel secundário, ainda que construtivo. Ele não é importante como instrumento de abstração, mas como elemento racional de controle. Bem analisadas e conhecidas as modalidades de manifestação de um fenômeno em condições sócio-culturais diversas e distintas, confrontam-se os resultados interpretativos e estabelecem-se dentro de que limites certos efeitos podem ou não ser atribuídos a determinados fatores causais, chegando, assim, à seleção das condições suficientes de tal fenômeno.”<sup>47</sup>*

A comparação, no sentido proposto por Weber, baseia-se em uma estratégia centrada na busca, não do paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas, sim, na comparação entre casos históricos, tomados em sua diversidade e singularidade. Seleccionada uma unidade X, na qual está presente B, confrontamos X, seja com outras unidades (diferentes de X), na qual B também está presente, seja com outras unidades (similares a X), nas quais B está presente. Através desse processo, investigamos o possível conjunto de causas (A + C + ... N) de B<sup>48</sup>. Com esse procedimento, torna-se possível identificar dentro da diversidade histórica, determinados padrões invariantes, cada um deles podendo ser associado a uma trajetória histórica específica.

O recurso à comparação está presente em diversos estudos empíricos desenvolvidos por Weber ao longo de sua obra. Seus ensaios no campo da

---

47. Ver: FERNANDES, *op. cit.*, p. 94-95

48. Ver: PANEBIANCO, Angelo. Comparación y explicación. In: MORLINO, L. y SARTORI, G. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

sociologia da religião, constituem um exemplo bastante fecundo de aplicação do método comparativo. Este projeto intelectual, que se inicia com o ensaio “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, irá se desdobrar em um extenso trabalho de pesquisa, envolvendo estudos sobre o confucionismo, o taoísmo, o hinduísmo, o budismo e o judaísmo antigo.

Ao comparar a ética de diversas doutrinas religiosas, Weber procurou demonstrar a forma como algumas delas exerciam um efeito acelerador sobre a racionalização da vida econômica, enquanto que outras exerciam o efeito oposto. Este processo de investigação parece ter sido norteado por três temas fundamentais: “1) o efeito das idéias religiosas importantes sobre a ética secular e a conduta econômica do crente médio; 2) o efeito da formação de grupos sobre as idéias religiosas; 3) a determinação das características distintivas do Ocidente através de uma comparação das causas e conseqüências das crenças religiosas em civilizações diferentes.”<sup>49</sup>

Ao contrapor Oriente e Ocidente, Weber desafia-se, mais uma vez, a buscar os fatores capazes de explicar as características singulares assumidas pelo desenvolvimento histórico no Ocidente. Comparando a intelectualidade brâmane e a confuciana, a profecia na Grécia Antiga e na civilização judaica, a ética secular no hinduísmo, no puritanismo e no confucionismo, Weber identifica problemas universais, que se apresentam, no entanto, de forma singular, nas diferentes sociedades. Os elementos de comprovação, gerados através da análise comparativa, servirão como instrumento no controle racional de suas hipóteses relativas ao desenvolvimento ocidental. Analisadas e conhecidas as modalidades de manifestação de um fenômeno em situações sócio-culturais distintas, torna-se possível estabelecer os limites nos quais certos efeitos podem ou não ser

---

49. Ver: BENDIX, R. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 90.

atribuídos a determinados fatores causais, “...*chegando-se assim à seleção das condições suficientes de tal fenômeno.*”<sup>50</sup>

## II. ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA OPERACIONALIZAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O método comparativo tem sido empregado das mais diversas maneiras no campo das ciências sociais. Os distintos usos da comparação refletem diferentes posições acerca das relações existentes entre as teorias gerais e as explicações locais, os quadros conceituais e as técnicas de pesquisa, a formulação de hipóteses e sua validação.

Em seu trabalho “*The use of comparative history in macro-social inquiry*”<sup>51</sup>, Skocpol e Somers identificam três tipos de análise comparativa. O primeiro desses tipos engloba os estudos dedicados ao exame sistemático da co-variação existente entre os casos, buscando gerar e controlar hipóteses. Em uma segunda categoria, situam-se os trabalhos nos quais o investigador analisa uma série de casos “*com o objetivo de mostrar que muitos deles podem ser iluminados de maneira útil mediante um conjunto de conceitos e categorias ou por um modelo concreto*”<sup>52</sup>. Neste caso não existe um controle efetivo da teoria, mas uma espécie de demonstração paralela. Ainda que este tipo de abordagem não permita falsear uma teoria, cumpre um papel importante no processo de

---

50. Ver: FERNANDES, *op. cit.*, p. 95.

51. Ver: SKOCPOL, T. , SOMERS, M. The use of comparative history in macro-social inquiry. *Comparative studies in Society and History*, 22 (April), p. 174-197. Citado por COLLIER, David. El método comparativo: dos décadas de cambio. In: SARTORI, G. , MORLINO, L. *op. cit.*, p. 51-80. p. 58.

52. Ver: SKOCPOL, T., SOMERS, M., *op. cit.*, p. 58.

elaboração de teorias, pelo menos no campo dos estudos internacionais. Um último enfoque, identificado como “*contraste de contextos*”, consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando por em evidência suas diferenças recíprocas.

Como modo de interligar essas diferentes perspectivas de análise, Skocpol e Somers propõe a noção de “ciclo de investigação”. A debilidade presente em qualquer uma dessas perspectivas analíticas pode servir como estímulo para que o pesquisador venha a recorrer a qualquer um dos outros enfoques:

*“... um estudioso que recorre à “demonstração paralela”, pode introduzir uma nova teoria, tratando de demonstrar como se aplica a muitos casos; assim um estudioso voltado para o “controle das hipóteses”, pode observar que essa teoria não se adapta a determinados casos e, em nível comparativo, formular e verificar hipóteses sobre em que caso se adapta ou não. Por sua vez, um estudo orientado para o “controle das hipóteses”, que confronta contextos distintos de maneira demasiado apressada, pode produzir uma investigação por “contraste de contextos”, na qual outro investigador trate de dar conta, com maior previsão, do significado da diferença entre contextos.”*

A noção de ciclo de investigação permite situar o uso do método comparativo dentro de um campo teórico-metodológico abrangente, composto por múltiplas estratégias de abordagem dos objetos empíricos. É inegável, no entanto, que a comprovação e formulação de determinadas hipóteses continua sendo, para a maioria dos autores, um dos principais objetivos do método comparativo.

Segundo Marc Bloch, “...aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos.”<sup>53</sup> Os meios sociais de que fala Bloch podem ser sociedades distantes no

---

53. Fica clara aqui a influência da perspectiva durkheimiana. Ver: CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.



tempo e no espaço (essa aplicação do método comparativo é bastante própria da história), ou sociedades sincrônicas, vizinhas no espaço, e que possuem um ou mais pontos de origem comum. Este tipo de abordagem permite conciliar, de um lado, o trabalho de elaboração teórica, de outro, o interesse voltado à análise de processos sociais específicos.

Bloch identifica dois momentos inerentes ao método comparativo: um momento analógico, relacionado à identificação das similitudes entre os fenômenos, e um momento contrastivo, no qual são trabalhadas as diferenças entre os casos estudados. Segundo Targa<sup>54</sup>, para Bloch, a analogia teria precedência sobre a análise em termos contrastivos, não apenas enquanto passo metodológico, mas enquanto forma de compreensão do real. É identificando possíveis elementos históricos ou estruturais semelhantes, tomados enquanto “...*lugar relevante das comparações pertinentes, das identidades e diferenças que permitirão traçar o quadro classificatório*”<sup>55</sup>, que podemos dar verdadeiro peso explicativo às diferenças. Outros autores, no entanto, dão importância a ambos os momentos da análise.

O método comparativo implica em uma série de passos que se articulam de forma diferenciada segundo distintas orientações teóricas e metodológicas. Procuramos sistematizar aqui algumas das dimensões implícitas nesse processo, sem ter a pretensão de estabelecer fronteiras rígidas entre as diferentes operações teórico-metodológicas inerentes à atividade de investigação e considerando,

---

54. Ver: TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 265-271, 1991.

55. Referindo-se à construção do conhecimento na chamada história natural, Roberto Machado, baseando-se em Foucault, identifica dois tipos diferenciados de comparação: o "sistema" e o "método". "O que distingue essas duas técnicas é que elas partem de critérios diferentes para estabelecer a classificação. Enquanto o sistema privilegia um ou vários elementos e relaciona através deles todos os indivíduos, o método compara, a partir de todos os elementos, um conjunto finito de seres vivos". Guardadas as diferenças existentes entre campos distintos do conhecimento, entendemos que esses dois tipos de utilização do método comparativo estão presentes, também no contexto das ciências sociais obedecendo, no entanto, não a uma lógica classificatória, mas, sim, a uma perspectiva de tipo relacional. Ver: MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p.128.

portanto, a existência de um certo grau de simultaneidade entre estes distintos procedimentos:

(i) *A seleção de duas ou mais séries de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis:*

A seleção dos fenômenos a serem estudados implica não apenas na definição de recortes claramente delineados no tempo e no espaço, e portanto, capazes de tornarem os universos empíricos pesquisados claramente reconhecíveis, mas, mais do que isso, na construção de instâncias empíricas capazes de “reproduzir os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados, selecionadas e coligidas em totalidades coerentes”<sup>56</sup>. Coloca-se já, nesse primeiro estágio, o problema da relação existente entre número de casos e número de variáveis. Frequentemente, nos estudos comparativos, o pesquisador trabalha com um pequeno número de casos e um grande número de variáveis, enfrentando, em decorrência disso, uma série de dificuldades no que diz respeito ao controle das hipóteses. Por outro lado, o excessivo número de casos pode levar, facilmente, a um “estiramento conceptual”, na medida em que os significados relacionados ao conceito original, não se adaptam aos novos casos. Como alternativa ao problema “muitas variáveis/ N pequeno”, surgem, como possibilidades, o aumento do número de casos, a aplicação de rigorosos critérios de seleção dos casos escolhidos e a redução do número de variáveis. Esta última opção tem, como contrapartida, uma maior focalização da perspectiva teórica do estudo em termos de sua precisão analítica.

(ii) *A definição dos elementos a serem comparados:*

Esse ponto nos parece central à medida em que tem como desdobramento diferentes alternativas possíveis de trabalho. Alguns autores, por exemplo, partem de modelos explicativos previamente construídos, nos quais as variáveis a serem comparadas já se encontram claramente especificadas. Mesmo nesses casos, em que o esforço analítico envolve a aplicação de um modelo previamente construído,

visando identificar sua capacidade explicativa nos limites de uma dada realidade, a operacionalização do método comparativo exige do pesquisador uma série de opções que são decisivas do ponto de vista do resultado final do trabalho de investigação, uma vez que conceitos e construções teóricas nem sempre estabelecem relações claras com grandezas observáveis. Por vezes, as próprias variáveis podem não ser pertinentes a uma cultura ou um regime particular. Em outros estudos, no entanto, as variáveis que deverão servir com objeto de comparação são construídas a partir da análise dos próprios casos selecionados, o que é feito, por vezes, com o auxílio de outros procedimentos que podem ser associados ao método comparativo, como, por exemplo, a abordagem histórico estrutural.

(iii) *A generalização:*

O que faz com que um estudo comparado não se torne uma mera coleção de casos interessantes? Falando a respeito das generalizações, Barrington Moore Jr. comenta:

*“As generalizações seguras assemelham-se a um mapa em grande escala de um terreno extenso, do gênero que um piloto de avião utilizaria para atravessar um continente. Tais mapas são essenciais para certos fins, tal como os mapas mais detalhados são necessários para outros. Ninguém que procure uma orientação preliminar do terreno deseja saber a localização de cada casa e cada atalho. Contudo, se a exploração for feita a pé, e atualmente o historiador comparatista faz exatamente isso, os pormenores são aquilo que primeiro apreende. O seu significado e a sua relação emergem apenas gradualmente. Pode haver longos períodos durante os quais o investigador se sente perdido num matagal de fatos habitados por especialistas ocupados em selváticas disputas sobre se a vegetação é um pinhal ou uma floresta tropical. (...) E se desenhar um mapa da zona que visitou, é muito possível que um dos nativos o acuse de omitir a sua casa e o seu jardim, o qual é de lamentar se o investigador lá tiver obtido algum sustento. A reclamação será tanto mais violenta se, no fim da viagem, o*

*explorador tentar descrever de forma muito sucinta, para os vindouros, as coisas notáveis que viu.”<sup>57</sup>*

A princípio, o que se espera, é que o método comparativo, se bem aplicado, possa servir como uma bússula para que o cientista social consiga realizar sua viagem explorando os caminhos que se abrem no decorrer do processo de investigação sem se afastar demasiado, no entanto, de um trabalho sistemático sobre as interrogações que o motivaram no início de seu trabalho. Nesse sentido, nos parecem fundamentais as observações de Lucien Goldman a respeito do nível estratégico<sup>58</sup>. Segundo esse autor, as pesquisas histórico-sociológicas podem se situar em diferentes níveis, que vão “da generalidade sociológica extrema, à singularidade histórica extrema”. O problema metodológico consiste em determinar o que o autor chama de nível estratégico. Isto implica em determinar, “o nível, a estruturação do objeto que permita agrupar exclusivamente fatos de parentesco suficientes para iluminarem-se reciprocamente, e, ao mesmo tempo, com diversidade bastante para dar origem a uma lei estrutural que passe da mera descrição ao fato individual.”

Isso implica em descobrir os elementos comuns aos diferentes casos, típicos para as diferentes classes de casos, ou singulares, que não podem se repetir. No nosso entender, a correta identificação do nível estratégico, representa, em termos do método comparativo, a chave capaz de garantir a correta articulação entre os dados empíricos e a teoria, na construção da explicação sociológica.

---

57. Ver: MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

58. Ver: GOLDMAN, Lucien. Estrutura social y consciencia colectiva de las estructuras. In: LABROUSSE et alii. *Las estructuras y los hombres*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969, p.104-113.

#### **IV- APLICAÇÃO DO MÉTODO COMPARATIVO NA PESQUISA SOCIAL EMPÍRICA: BARRINGTON MOORE JR. E “AS ORIGENS SOCIAIS DA DITADURA E DA DEMOCRACIA”**

No campo da pesquisa social empírica, diversos autores tem utilizado o método comparativo enquanto instrumental de análise. A título de exemplo, julgamos interessante reconstituir aqui, em suas linhas mais gerais, o modo como a comparação foi utilizada em um estudo específico, no caso, o conhecido trabalho de Barrington Moore Jr. intitulado *“As origens da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno”*.

A obra de Barrington Moore Jr. tem como objeto de investigação os distintos papéis políticos desempenhados pelos grupos sociais agrários (camponeses e terratenientes) na transição das sociedades agrárias pré-capitalistas para as modernas sociedades industriais. Trata-se de investigar a participação dessas categorias sociais específicas na emergência das democracias parlamentares ocidentais, do fascismo e do comunismo no mundo contemporâneo. Através da reconstituição histórica de casos específicos e de sua comparação, o autor pretende se contrapor a interpretações, então aceitas, que atribuíam a emergência dos regimes totalitários do século XX ao processo de industrialização.

O estudo da trajetória de diferentes países, incluindo aí os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, o Japão, a China e a Índia<sup>59</sup>, irá desvendar a existência de múltiplas vias de transição que ligam o mundo pré-capitalista ao mundo moderno, nas quais as forças sociais vinculadas ao universo agrário tiveram um perfil de atuação bastante diferenciado.

Um primeiro elemento que merece atenção em relação ao modo como o autor se utiliza do método comparativo diz respeito aos critérios empregados para a seleção dos casos singulares. Trata-se de um universo bastante significativo de países, tanto do ponto de vista do número, como em termos de sua importância

para a formação do mundo contemporâneo. Referindo-se aos motivos pelos quais países como a Suíça, a Escandinávia, os Países Baixos, “do lado democrático”, ou Cuba, Vietnã do Norte ou Coreia do Norte, no campo socialista, não foram escolhidos como objeto de estudo, Barrington Moore Jr. afirma:

*“Este estudo concentra-se, em certas fases importantes, num processo social extenso que se verificou em diversos países. Fazendo parte desse processo desenvolveram-se, pela violência e outros meios, novos sistemas sociais que tornaram certos países condutores políticos em determinadas ocasiões, durante a primeira metade do século XX. O foco de interesse reside na inovação que levou ao poder político, não na difusão e na recepção de instituições que foram aplicadas à força em qualquer outro local, exceto nos casos em que levaram a um poder significativo na política mundial (...) uma declaração de caráter geral sobre as condições históricas da democracia ou do autoritarismo que cubra tanto os pequenos países como os grandes poderia, muito naturalmente, ser tão vasta que não passaria de lugares comuns abstratos. Deste ponto de vista, a análise da transformação da sociedade agrária a partir de países específicos produz resultados pelo menos tão compensadores quanto generalizações mais amplas.”<sup>60</sup>*

A escolha dos países encontra-se portanto inteiramente vinculada, de um lado, à problemática mais geral que deu origem ao trabalho, de outro, ao método de análise empregado. Não se trata portanto de generalizar a partir de um universo constituído pelo maior número de casos possíveis, com todas as suas singularidades e variações, mas sim de selecionar países cujo desenvolvimento histórico apresenta dimensões significativas do ponto de vista da análise em questão, ou seja, cuja transição da sociedade agrária à sociedade industrial envolveu arranjos específicos entre os diferentes grupos sociais, dando lugar a formas sociais e políticas inovadoras, e cujas repercussões extrapolam os limites estabelecidos por suas fronteiras nacionais.

---

59. Os casos da Rússia e da Alemanha não se constituíram enquanto objeto específico de análise mas são usados, ao longo de toda a obra, como contraponto aos demais países estudados.

60. Ver: MOORE JR., Barrington, *op.cit.* p. 2-3

A comparação entre processos políticos europeus e asiáticos permite romper, por um lado, com uma visão excessivamente “ocidentalizada” do desenvolvimento social, por outro, com um tipo de interpretação histórica segundo a qual, “existia apenas uma estrada principal que conduzia ao mundo da sociedade industrial moderna, a estrada que levava ao capitalismo e à democracia política”, trazendo à discussão casos nos quais a modernização assume contornos não democráticos ou mesmo antidemocráticos.

O nível central de análise sobre o qual se estrutura todo o trabalho de comparação desenvolvido por Barrington Moore Jr. é o estudo aprofundado dos casos singulares. Trata-se de investigar, em cada um dos países, quais foram as combinações específicas de elementos que possibilitaram a emergência desta ou daquela configuração social, deste ou daquele “padrão” de transição. Estabelece-se assim uma tensão entre “as exigências de explicação de um caso singular e a busca de generalizações”<sup>61</sup>. A passagem de um nível a outro de generalização não se dá, no entanto, de forma mecânica:

*“...para qualquer país considerado é preciso descobrir as linhas de condicionamento, que nem sempre se ajustam facilmente às teorias de caráter mais geral. Contrariamente, uma dedicação muito intensa à teoria contém sempre o perigo de se conceder excessiva importância aos fatos que se ajustam a uma teoria, para além de sua importância na história de cada país.”<sup>62</sup>*

Cabe perguntar aqui como o autor avança de um nível de generalização a outro, ou seja, como consegue ir além do estudo de cada país específico, retomando, em um patamar mais elevado de abstração, as questões que lhe serviram como ponto de partida.

---

61. MOORE JR., Barrington. *op.cit.*, p.7

62 .MOORE JR., Barrington, *op. cit* p. 3.

Em “*As origens sociais da ditadura e da democracia*” este problema é resolvido através da construção de uma tipologia, por meio da qual torna-se possível identificar três vias distintas de transição para o mundo moderno:

1) Um primeiro caminho, o das “revoluções burguesas”, percorrido pelas sociedades inglesa, francesa e americana, no qual o processo de industrialização deu origem a sistemas democráticos de governo. Uma das características mais importantes que identifica estes países é a existência de um grupo social, com uma base econômica independente, que se contrapõe aos entraves existentes a uma “versão democrática do capitalismo” originária do passado, tornando-se o artífice da construção de uma nova ordem social;

2) Uma segunda rota, a da “modernização pelo alto”, que deu origem ao fascismo, na forma como este ocorre em países como a Alemanha e o Japão. Neste caso, a presença de uma burguesia “fraca” e de uma classe fortemente enraizada de terratenientes, permitirá que se estabeleça uma aliança entre os dois grupos os quais irão conduzir o processo de industrialização sob um regime semi-parlamentar. A economia se moderniza sem que ocorram alterações mais profundas nas estruturas sociais; o campesinato conserva sua importância em termos produtivos e o excedente passa a ser extraído pelas classes dominantes por métodos políticos baseados sobretudo no uso da força. O militarismo aparece como alternativa no sentido de unir as elites e dar conta de um processo mais amplo, que ocorria em maior ou menor grau em todo o ocidente, ou seja: a emergência dos trabalhadores como atores sociais;

3) Uma outra via na qual revoluções camponesas dão origem aos regimes comunistas, tal como acontece na China e na Rússia. Nestas sociedades mantém-se uma vigorosa classe de camponeses. *“Esta classe, sujeita às novas tensões e forças, à medida que o mundo moderno ia avançando sobre ela, produziu a principal força revolucionária e destruidora, que subverteu a ordem antiga e lançou aqueles*



*países na era moderna, sob a direção do comunismo, que tornou os camponeses as suas primeiras vítimas*”<sup>63</sup>;

4) Uma quarta alternativa, apontada no caso da Índia, na qual o impulso para a modernização se caracteriza por ser extremamente fraco, não dando lugar a nenhum tipo de revolução camponesa.

Segundo Ragin e Zaret<sup>64</sup>, as vias de transição para a sociedade moderna identificadas por Barrington Moore Jr., correspondem aos tipos sociais weberianos, onde o estudo de casos historicamente referenciados conduz a hipóteses acerca da relação entre determinadas combinações de causas, vistas enquanto arranjos temporários, “padrões de invariância em meio à diversidade”. Cada um dos possíveis percursos históricos apontados em “As origens sociais da ditadura e da democracia” influencia, em sua trajetória, os percursos subseqüentes: as revoluções burguesas ocorridas nos EUA, na Inglaterra e na França tiveram reflexos sobre os desdobramentos históricos ocorridos na Alemanha e no Japão e estes, por sua vez, afetaram as revoltas que levaram aos regimes comunistas. Tratam-se, portanto, de explicações de natureza genética, que se distanciam das generalizações transhistóricas próprias da comparação durkheimiana.

Com Barrington Moore Jr. fica apontada assim uma abordagem comparativa fortemente vinculada ao caso específico, tomado em sua singularidade, mas que tem como resultado a construção de tipologias mais amplas, que tem por objetivo possibilitar , de um lado, uma releitura de explicações previamente aceitas, de outro, uma ruptura, tanto com as interpretações generalizantes como com as abordagens históricas excessivamente descritivas e empiricistas.

---

63. Ver: MOORE JR. , Barrington, *op. cit.*, p.6

64 . Ver: RAGIN, C. e ZARET, D. , *op. cit.* 745-746.

## BIBLIOGRAFIA:

- BENDIX, R. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- CARDOSO, C. F. e BRIGNOLI, H. P. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. São José: Universidad de Costa Rica, 1975.
- CASTRO, A.M. e DIAS, E. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, Tijuca, 1987.
- COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- DURKHEIM, E.. *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- GOLDMAN, Lucien. Estrutura social y consciencia colectiva de las estructuras. In: LABROUSSE et alii. *Las estructuras y los hombres*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1969, p.104-113.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MORAES FILHO, Evaristo (org). *Comte: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- MORLINO, L. y SARTORI, G. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- RAGIN, C. e ZARET, D. Theory and method in comparative research: two strategies. *Social forces*, Chappel Hill, v. 61, n. 3, p. 731-754, March 1983.
- TARGA, L. R. P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 265-271, 1991.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.